

Exportação para países do Mercosul pode crescer 15%

Operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio quase quadruplicaram este mês em relação a janeiro

Aguinaldo Novo, André Moragas
e Ronaldo D'Ercole

• SÃO PAULO e RIO. Estimativa divulgada ontem pela Associação de Empresas Brasileiras para a Integração do Mercosul (Adebim) indica que a desvalorização do real poderá aumentar em até 15% as exportações brasileiras para os outros países do Mercosul. Na direção inversa, os brasileiros devem reduzir na mesma proporção a importação de produtos agrícolas e industrializados. Pelas contas da entidade, o Brasil passaria de um déficit aproximado de US\$ 410 milhões (registrado em 98) para um superávit de US\$ 710 milhões no comércio com Argentina e Uruguai. No caso do Paraguai, o superávit do Brasil poderia chegar a US\$ 1,1 bilhão, contra cerca de US\$ 1 bilhão no ano passado.

— O problema é saber se eles (os outros parceiros do Mercosul) vão deixar isso acontecer — afirma o vice-presidente da Adebim, Michel Alaby.

Alaby se refere à resistência por parte de empresários argentinos contra a entrada em massa de produtos brasileiros no seu país. Dados preliminares mostram que, no mês passado, as importações de produtos fabricados no Brasil cresceram 50%. O Governo da Argentina reclama a fixação de compensações à desvalorização do real. Uma das propostas é a criação de alíquotas de importação, que seriam elevadas ou reduzidas caso a moeda de algum país do Mercosul perdesse valor. O assunto será debatido na sexta-feira, em Campos do Jordão, durante encontro que reunirá o presidente Fernando Henrique Cardoso e seu colega argentino, Carlos Menem.

Os analistas de mercado explicam que os empresários brasileiros voltaram a realizar operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio. Só na última semana, o Banco do Brasil registrou crescimento de 290% nessas operações em relação ao movimento médio diário de janeiro, passando de US\$ 12,1 milhões para US\$ 47,3 milhões na primeira semana de fevereiro. Ou seja, a cifra praticamente quadruplicou nesse período. O volume, segundo informou o gerente-executivo da Superintendência Internacional do Banco do Brasil, Delmar Schmidt, é duas vezes superior à média histórica diária de operações nesta época do ano.

Fiesp condena mudança na Lei Kandir em estudo pelo Governo

O presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luiz Fernando Furlan, condenou ontem a possibilidade de mudança na Lei Kandir — que isenta de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as exportações nacionais. O Governo estuda alterações na lei para compensar as perdas de receitas dos Estados desde a sua implantação.

— Nenhum país exporta impostos e, a longo prazo, os tributos voltariam a afetar a competitividade do produto brasileiro e gerar distorções de preços no mercado interno — afirmou.

Sobre a proposta do Governo argentino de criar compensações para fazer frente à queda de preços dos produtos brasileiros, Furlan também mostrou-se contrário. Para ele, medidas pontuais devem ser evitadas e tudo que afete o acordo de livre comércio precisa ser bem avaliado. ■